



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

A Publicação é posteriormente:
Comissão de Constituição, Justiça
e Redação.
Em 03/06/2025



PROJETO DE LEI Nº 11, DE 2 DE JUNHO DE 2025.

Altera a Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001, para revogar o subitem 1.1.1.b do Anexo IV, referente à Taxa de Serviços Estaduais – TSE de atestado de antecedentes.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

Faço saber que a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o subitem 1.1.1.b do item 1 do Anexo IV da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 2 dias do mês de junho de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA
CASTRO:34277323120

Assinado de forma digital por
WANDERLEI BARBOSA
CASTRO:34277323120
Dados: 2025.06.03 12:10:44 -03'00'

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

MENSAGEM Nº 32.

Palmas, 2 de junho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **AMÉLIO CAYRES DE ALMEIDA**
Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS
N E S T A

Senhor Presidente,

Encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa Augusta Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei nº 11, de 2 de junho de 2025, que a Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências.

A medida visa à revogação da Taxa de Serviços Estaduais – TSE exigida para a emissão de atestado de antecedentes criminais, promovendo o alinhamento da legislação estadual com o preceito constitucional consagrado no art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição Federal, o qual assegura a todos o direito de obter certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, independentemente do pagamento de taxas.

Nesse sentido, a revogação proposta representa um avanço na consolidação de políticas públicas orientadas pelos valores da cidadania e da dignidade da pessoa humana, assegurando conformidade da legislação estadual com os princípios constitucionais da legalidade, da proporcionalidade e da gratuidade do acesso à justiça, além de prevenir contenciosos judiciais que possam comprometer a segurança jurídica e a eficiência administrativa.

À vista das razões postas, submeto a matéria ao discernimento dessa Egrégia Casa de Leis, solicitando regime de urgência na tramitação, nos termos do art. 28 da Constituição do Estado, e dos incisos II e VII do §1º do art. 132 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Atenciosamente,

WANDERLEI BARBOSA
CASTRO:34277323120

Assinado de forma digital por
WANDERLEI BARBOSA
CASTRO:34277323120
Dados: 2025.06.03 12:12:18 -03'00'

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado